

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

Aos 20 dias do mês de maio de 2015, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 382/XII/2.<sup>a</sup> (PSD) - Quinta alteração à Lei n.º 38/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade) - Estende a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro;**
3. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas, sobre enriquecimento ilícito/injustificado:**

**Especialidade:**

- **Projeto de Lei n.º 765/XII /4.<sup>a</sup> (BE) - Transparência dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos;**
- **Projeto de Lei n.º 766/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Combate o enriquecimento injustificado;**
- **Projeto de Lei n.º 782/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Enriquecimento injustificado (35.<sup>a</sup> alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, 4.<sup>a</sup> alteração à lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.<sup>a</sup> alteração à lei n.º 4/83, de 2 de abril);**
- **Projeto de Lei n.º 798/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - Enriquecimento ilícito;**
- **Projeto de Lei 801/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Reforça o regime de controlo dos acréscimos patrimoniais não justificados ou não declarados dos titulares dos cargos políticos e equiparados;**
- **Projeto de Lei n.º 808/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos;**

**Nova apreciação:**

- **Projeto de Lei n.º 803/XII /4.<sup>a</sup> (PCP) - Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sedeadas em centros *offshore* ou centros *offshore* não cooperantes;**

**Discussão:**

**Projeto de Resolução n.º 1286/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) – Propõe a adoção pelo Estado português de um Plano de Ação Nacional e Internacional para a Extinção dos centros *offshore*;**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 60/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

#### 4. Fixação de redações finais nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente:

- Texto que procede à "Vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, atualizando a definição de terrorismo" [Proposta de Lei n.º 279/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];
- Texto que procede à "Sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa" [Proposta de Lei n.º 280/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];
- Texto que procede à "Segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, permitindo que nelas sejam incluídos todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo" [Proposta de Lei n.º 281/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];-
- Texto que procede à "Quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo" [Proposta de Lei n.º 282/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];
- Texto que procede à "Quarta alteração à lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocações para a prática do crime de terrorismo" [Proposta de Lei n.º 283/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];
- Texto que procede à "Segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída, e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão" [Proposta de Lei n.º 284/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];
- Texto que procede à "Terceira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a lei de organização da investigação criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo" [Proposta de Lei n.º 285/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

- Texto que procede à "Primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a lei de segurança interna, modificando a composição do conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo" [Proposta de Lei n.º 286/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];
  - Texto relativo à "Suspensão da ação de despejo nas casas de função da Guarda Nacional Republicana no Pátio da Quintinha" [Projeto de Resolução n.º 1395/XII/4.<sup>a</sup> (PCP)];
  - Texto que procede à "Terceira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional" [Proposta de Lei n.º 288/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];
  - Texto que procede à "Sexta alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo" [Projeto de Lei n.º 797/XII/4.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP)];
5. **Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Anual de Segurança Interna 2014;**  
**Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS)**
6. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
- Petição n.º 504/XII/4.<sup>a</sup> - Solicita a equiparação do regime de reformas dos vigilantes e seguranças privadas ao dos agentes da Polícia de Segurança Pública;
  - Petição n.º 505/XII/4.<sup>a</sup> - Solicita o agravamento das molduras penais dos crimes praticados contra menores;
  - Petição n.º 506/XII/4.<sup>a</sup> - Solicitam a criação de meios televisivos para exercício do direito de antena dos candidatos a eleições em termos equitativos;
  - Petição n.º 507/XII/4.<sup>a</sup> - Solicita a alteração ao Código Civil na parte relativa ao direito sucessório;
7. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XII/ 4.ª SL**

8. **Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 479/XII/4.ª – “Pretende que seja retirada a condecoração da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Empresarial do Eng.º Zeinal Bava»;  
Relator: Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD);**
9. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO DE RELATOR
<b>Proposta de Lei n.º 324/XII/4.ª (GOV)</b>	<a href="#">Procede à terceira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas.</a>	<b>Deputada Elza Pais (PS)</b>
<b>Proposta de Lei n.º 325/XII/4.ª (GOV)</b>	<a href="#">Procede à 37.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo integralmente as Diretivas n.ºs 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do direito penal, e 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva n.º 2005/35/CE relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações</a>	<b>Deputada Isabel Oneto (PS)</b>
<b>Proposta de Lei n.º 327/XII/4.ª (GOV)</b>	<a href="#">Define as regras do financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros, no continente, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros.</a>	<b>Deputada Isabel Oneto (PS)</b>

No segundo ponto da ordem do dia, foi adiada para a reunião seguinte a nova apreciação do projeto de lei n.º 382/XII/2.ª (PSD) - Quinta alteração à Lei n.º 38/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade) - Estende a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, tendo o Senhor Deputado Hugo Velosa fundamentado o adiamento no facto de os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP pretenderem apresentar uma nova proposta de alteração à iniciativa legislativa objeto de apreciação. O Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) declarou concordar com o adiamento e acrescentou o facto de a Comissão não ter recebido o parecer entretanto

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

solicitado à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas sobre a matéria.

O terceiro ponto da ordem do dia foi adiado para o final da reunião, passando-se de imediato ao sexto ponto da ordem do dia, com a admissão e distribuição das seguintes petições:

PETIÇÃO	PETICIONANTE (S)	ASSUNTO	RELATOR DESIGNADO
<a href="#">504/XII/4</a>	Paulo Jorge da Silva Vítor	Solicita a equiparação do regime de reformas dos vigilantes e seguranças privadas ao dos agentes da Polícia de Segurança Pública	<b>Deputado Carlos Peixoto (PSD)</b>
<a href="#">505/XII/4</a>	Sónia Machado Pires	Solicita o agravamento das molduras penais dos crimes praticados contra menores	<b>Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)</b>
<a href="#">506/XII/4</a>	Hugo Manuel Ferreira Rosado (4 assinaturas)	Solicitam a criação de meios televisivos para exercício do direito de antena dos candidatos a eleições em termos equitativos	<b>Deputado José Magalhães (PS)</b>
<a href="#">507/XII/4</a>	Tiago José de Jesus Rodrigues	Solicita a alteração do Código Civil na parte relativa ao direito sucessório	<b>Deputada Maria Paula Cardoso (PSD)</b>

Não havendo lugar à apreciação de relatórios sobre iniciativas europeias, seguiu-se a apreciação do relatório final da [Petição n.º 479/XII/4.<sup>a</sup>](#) - Pretende que seja retirada a condecoração da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Empresarial ao Eng.º Zeinal Bava, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado António Filipe (PCP), o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 60/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Os trabalhos prosseguiram com a fixação das redações finais dos textos seguintes, tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República:

- Do texto que procede à "Vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, atualizando a definição de terrorismo" [[Proposta de Lei n.º 279/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 52/DAPLEN/2015;

- Do texto que procede à "Sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa" [[Proposta de Lei n.º 280/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 53/DAPLEN/2015;

- Do texto que procede à "Segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, permitindo que nelas sejam incluídos todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo", com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 54/DAPLEN/2015;

- Do texto que procede à "Quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo" [[Proposta de Lei n.º 282/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 56/DAPLEN/2015;

- Do texto que procede à "Quarta alteração à lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocações para a prática do crime de terrorismo" [[Proposta de Lei n.º 283/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 55/DAPLEN/2015;

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

- Do texto que procede à "Segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída, e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão" [[Proposta de Lei n.º 284/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 57/DAPLEN/2015;

- Do texto que procede à "Terceira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a lei de organização da investigação criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo" [[Proposta de Lei n.º 285/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 58/DAPLEN/2015, à exceção da sugestão de iniciais minúsculas em «Lei de Organização da Investigação Criminal», no título e no artigo 1.º do projeto de decreto;

Do texto que procede à "Primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de segurança interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo" [[Proposta de Lei n.º 286/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 59/DAPLEN/2015, à exceção da sugestão de iniciais minúsculas em «Lei de Segurança Interna», no título e no artigo 1.º do projeto de decreto;

- Do texto que recomenda a "Suspensão da ação de despejo nas casas de função da Guarda Nacional Republicana no Pátio da Quintinha" [[Projeto de Resolução n.º 1395/XII/4.<sup>a</sup> \(PCP\)](#)], com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 60/DAPLEN/2015;

- Do texto que procede à "Terceira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional" [[Proposta de Lei n.º 288/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 64/DAPLEN/2015;



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 60/XII/ 4.ª SL

- Do texto que procede à “Sexta alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo” [\[Projeto de Lei n.º 797/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)\]](#), com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 64/DAPLEN/2015;

Os trabalhos retomaram o terceiro ponto da ordem do dia, que consistia na discussão e votação, na especialidade, de um conjunto de iniciativas sobre o enriquecimento ilícito/injustificado: projetos de lei n.ºs [765/XII/4.ª \(BE\)](#) – Transparência dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos; [766/XII/4.ª \(BE\)](#) – Combate o enriquecimento injustificado; [782/XII/4.ª \(PCP\)](#) – Enriquecimento injustificado (35.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, 4.ª alteração à lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.ª alteração à lei n.º 4/83, de 2 de abril); [798/XII/4.ª \(PSD/CDS/PP\)](#) – Enriquecimento ilícito; [801/XII/4.ª \(PS\)](#) – Reforça o regime de controlo dos acréscimos patrimoniais não justificados ou não declarados dos titulares dos cargos políticos e equiparados; [808/XII/4.ª \(PS\)](#) – Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos; e [803/XII/4.ª \(PCP\)](#) - Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sedeadas em centros *offshore* ou centros *offshore* não cooperantes.

A esse propósito, usaram da palavra, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Teresa Lael Coelho (PSD), Jorge Lacão (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Cecília Honório (BE), António Filipe (PCP), Hugo Velosa e Francisca Almeida (PSD), tendo resultado do debate o seguinte: o grupo de trabalho informal, que fora constituído na reunião de 5 de maio de 2015 para tratar dessas matérias e que até àquele momento não tinha reunido, iria reunir nesse mesmo dia, pelas 14 horas, e nos dias seguintes, razão pela qual a votação desse conjunto de iniciativas legislativas ficaria adiada para a reunião da Comissão de dia 27 de maio; as reuniões do referido grupo de trabalho realizar-se-iam à porta aberta, de acordo com um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS que, submetido a votação,



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 60/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

foi aprovado com votos a favor do PS e abstenções do PSD, do CDS-PP, do PCP e do BE, na ausência do PEV).

No ponto reservado a outros assuntos, relativamente ao projeto de lei n.º 530/XII/3.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) – Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) questionou o Senhor Presidente se tinha alguma informação quanto à intenção, por parte dos proponentes, de o colocar na agenda da Comissão, questão que suscitou a intervenção do Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD), dando conta de que estariam a decorrer negociações e reuniões com os operadores, posição que foi secundada quer pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) quer pela Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD).

O Senhor Deputado António Filipe (PCP), por sua vez, usou da palavra para recordar os incidentes policiais que ocorreram no passado domingo, dia 17 de maio, após um jogo de futebol, e que motivaram a abertura de inquéritos pelo Ministério da Administração Interna (MAI). Esta situação, pela sua gravidade – disse -, justificaria que a Comissão requeresse o envio de todos os inquéritos que viessem a ser efetuados no âmbito do MAI (incluindo a IGAI), logo que concluídos, para que a Comissão os pudesse apreciar. As Senhoras e os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), Cecília Honório (BE), Francisca Almeida (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP), manifestaram igual preocupação em relação aos acontecimentos ocorridos e disseram acompanhar o requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, tendo o Senhor Deputado António Filipe, por sugestão do Senhor Presidente, ficado de apresentar um requerimento escrito sobre o tema para ser debatido e votado na reunião seguinte.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

Palácio de São Bento, 20 de maio de 2015

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Fernando Negrão)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
Isabel Oneto  
Jorge Lacão  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Telmo Correia  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
Elza Pais  
Luís Fazenda

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Gameiro  
João Lobo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira